

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 457

É Possível uma Política Para o Setor Serviços?*

Hildete Pereira de Melo**
Carlos Frederico Leão Rocha**
Galeno Ferraz**
Alberto Di Sabbato**
Ruth Helena Dweck**

Rio de Janeiro, janeiro de 1997

* Este artigo visa fornecer elementos para a discussão do que poderia ser uma política para o setor serviços no Brasil. É um subproduto da pesquisa em andamento no Convênio IPEA/UFF para o Departamento de Serviços do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e ANPEC.

** Professores da UFF.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

Claudio Monteiro Considera

Luís Fernando Tironi

Gustavo Maia Gomes

Mariano de Matos Macedo

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SETOR SERVIÇOS	10
3 - O QUE DEVE SER CONSIDERADO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA O SETOR SERVIÇOS	13
4 - OBJETIVOS PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA O SETOR SERVIÇOS	17
4.1 - Aumentar o Nível do Investimento no Setor	17
4.2 - Expansão do Comércio Exterior de Serviços.....	18
4.3 - Acelerar a Difusão das Novas Tecnologias Microeletrônicas	18
4.4 - Estimular A Participação das Empresas de Serviços nas Redes de Telecomunicações	19
4.5 - Apoio às Micro, Pequena e Média Empresas	19
5 - ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS.....	19
5.1 - Geração de Emprego, Treinamento e Qualificação da Mão-de-Obra.....	20
5.2 - Capacitação Tecnológica.....	20
6 - AÇÕES SETORIAIS PARA UMA POLÍTICA PARA O SETOR SERVIÇOS	20
6.1 - Ações Vinculadas quanto ao Financiamento	21
6.2 - Ações Vinculadas quanto à Capacitação Tecnológica	22
6.3 - Ações Vinculadas quanto à Modernização das Regulamentações Setoriais	23
6.4 - Ações Vinculadas ao Aumento da Qualidade e da Produtividade...	23
6.5 - Ações Vinculadas a Programas Educativos	24
7 - CONCLUSÕES.....	24
BIBLIOGRAFIA	25

RESUMO

O objetivo deste texto é propor uma reflexão sobre a possibilidade de se traçar uma estratégia de políticas públicas para as atividades de serviços, tendo em vista a crescente importância destas na definição do nível e composição da ocupação na economia mundial e brasileira. Este fato faz com que a literatura econômica nas últimas décadas sinalize uma mudança no tratamento dos Serviços, como um tema a ser investigado e os formuladores de política (**policy markers**) começam a se inquietar com o peso crescente destas atividades na sua **interface** com a indústria no fomento do progresso e na criação da riqueza social.

ABSTRACT

The main objective of this text is to propose a reflection over the possibility to indicate a strategy of Public Politics for the service activities, keeping in mind their increasing importance in the definition of the level and composition of the occupations for the Brazilian and world economy. As the process of late industrializations has taken place together with the utilization of labor saving technologies, the long run growing of the economy has been sustained by the increasing participation of the services, creating low qualified jobs. The microeletronic revolution enhanced the service activities as the center of technological innovations. Therefore, the politics formulators must develop a great knowlegde of the sector in order to propose what to do and where to go and then consolidate the process of social and economic development.

1 - INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão das atividades de serviços constitui uma importante mudança no processo de desenvolvimento econômico. Até então, a literatura econômica havia dedicado pouca atenção ao tema, devido ao papel secundário que estas atividades tinham na geração da renda das nações, mas o crescimento do emprego e da renda destas atividades e o impacto do progresso técnico nos serviços industriais têm estimulado o surgimento de algumas pesquisas para avaliação destas questões. Um dos pontos centrais investigados refere-se ao crescimento destas atividades, como importante fonte de ocupação da mão-de-obra, tanto nos países desenvolvidos como nas economias periféricas. A literatura econômica formulou duas hipóteses para explicar esta elevada participação dos serviços na ocupação em nível mundial: uma refere-se ao crescimento diferenciado da produtividade entre os diversos setores econômicos. Neste caso, o baixo crescimento da produtividade dos serviços e a uniformidade dos salários da economia faziam com que os salários dos serviços acompanhassem o crescimento dos salários dos demais setores. Esta hipótese é também conhecida como “doença de custos” [Baumol (1967)]; ¹ outra supunha que a elasticidade-renda da demanda de serviços era superior a um e que um aumento da renda **per capita** levaria a um crescimento da demanda por serviços (Lei de Engel). Estas questões vêm estimulando um crescente interesse pela economia de serviços, como campo de investigação teórica e empírica.

O objetivo deste texto é propor uma reflexão sobre a possibilidade de se elaborar linhas gerais para traçar uma estratégia de políticas públicas para as atividades de serviços, tendo em vista a crescente importância destas na definição do nível e composição da ocupação na economia mundial e brasileira. Há décadas, o setor de serviços absorve expressivos contingentes de mão-de-obra. Como o processo das industrializações tardias desenvolveu-se com a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a sustentação do crescimento no longo prazo foi feito com o aumento da participação dos serviços na ocupação, gerando postos de trabalho de baixa qualificação e salários aviltantes.² A revolução microeletrônica, na última década, realçou o papel das atividades de serviços como centro das inovações tecnológicas e, desta forma, os formuladores de política devem avançar no conhecimento da problemática do setor para propor o que fazer e para onde ir na consolidação do processo de desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, este trabalho está estruturado da seguinte forma: na Seção 2 discute-se o marco analítico da conceituação do setor serviços e as dificuldades

¹Baumol desenvolveu uma interpretação para explicar a maior rigidez do progresso técnico nas atividades de serviços **vis-à-vis** a indústria, isto é, num quadro de produtividade constante no setor, elevações da taxa de salário, induzidas pelo avanço da produtividade social média, acarretariam, por sua vez, um crescimento dos preços dos serviços (**costs disease**). Esta interpretação está na base das explicações acerca do aumento tendencial dos preços dos serviços observado nas economias desenvolvidas.

²Ver os trabalhos da Cepal sobre esta questão.

relativas à sua definição; na Seção 3 são alinhados alguns argumentos que devem ser considerados na definição de políticas públicas para os diversos segmentos destas atividades; na quarta, quinta e sexta seções são traçadas estratégias e políticas específicas com suas respectivas ações vinculadas para o desenvolvimento do setor; e, por último, na sétima seção são apresentadas as conclusões.

2 - DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SETOR SERVIÇOS

Uma política pública é uma estratégia governamental que visa ao bem-estar social. Implica uma percepção do futuro do país e a definição de meios e instrumentos institucionais para a realização de tais objetivos. Neste quadro, a definição de políticas para o setor serviços requer o conhecimento de sua estrutura e suas características, assim como das tendências recentes de seu comportamento. Diagnosticar o elenco de problemas próprios aos serviços, que justifiquem políticas de governo visando estimular o setor a alcançar um perfil moderno e eficiente, começa pelo enfrentamento das questões relativas à definição de serviços e às dificuldades inerentes à mensuração de seu produto e de sua produtividade. Soma-se, aos pontos anteriores, um elemento relevante e crucial quando do desenho de políticas: o fato de os serviços incluírem atividades múltiplas e não homogêneas, configurando, portanto, um setor marcado pela heterogeneidade.

A definição de serviços³ é, desde logo, problemática, mesmo porque, estes incorporam uma grande variedade de atividades. Por sua vez, as dificuldades de mensuração do produto dos serviços são conhecidas e revelam-se na precariedade da base estatística que confere cobertura ao setor. A teoria econômica dispõe atualmente de um vasto corpo analítico para apreender o comportamento dos setores primário e secundário. Porém, em se tratando de serviços, não foi capaz de produzir teoria e nem mesmo uma base de dados adequadamente organizada [Gershuny (1987)].

A despeito das dificuldades descritas anteriormente, é possível verificar que os serviços adquiriram uma importância crucial no emprego e nas transações econômicas gerais,⁴ seja como atividade principal, seja como atividade secundária

³Uma definição usual diferencia os serviços de outros bens derivados da produção industrial e agrícola pelo fato de aqueles serem consumidos tal como produzidos e resultantes de um processo em que produção e consumo são coincidentes no tempo e espaço [Economic Council of Canada (1991)]. Assim, os serviços se caracterizariam pela circunstância de serem intangíveis, intransferíveis, não estocáveis e apresentarem contato direto entre produtores e consumidores. Em 1991, na Williamburg Conference (Estados Unidos), Joel Popkin afirmou: “There is an urgent need to redefine and retitle the major industries that comprise the nongoods sector in ways that better describe their role and significance in the U.S. industrial structure” (citado em **Economic classification policy committee, issues paper n° 6 — services classification**). Ainda sobre este debate, ver Hill (1977) e Economic Council of Canada (1991).

⁴Atualmente, com o crescimento das análises estatísticas sobre o PIB, aumentou a importância do setor serviços na economia mundial: Griliches (1992) e Mohr (1992) afirmam que estes cresceram

de apoio à produção manufatureira e agrícola. Neste cenário, a relevância do setor serviços pode ser evidenciada a partir de múltiplas questões, entre as quais o seu crescente peso nas transações de comércio internacional e o fato de as empresas dos setores financeiro e de comunicações terem se constituído num dos espaços privilegiados para a propagação dos efeitos da revolução microeletrônica, quer como iniciadoras/usuárias, quer como administradoras de sistemas tecnológicos complexos.

A formulação de uma política para o setor exige, como afirmado anteriormente, uma visão de sua configuração futura, a identificação das barreiras ao projeto desejado e a definição dos meios necessários à remoção de seus obstáculos. Nesta perspectiva, um de seus problemas centrais reside na heterogeneidade das atividades de Serviços, que inviabiliza a construção de uma política geral para o setor. Logo, uma política neste campo deve ser composta de políticas setoriais que dêem conta das especificidades de cada um dos segmentos do setor.

A heterogeneidade dos serviços e, conseqüentemente, as especificidades de suas questões têm sido potencializadas pelo processo de transformação que atingiu a economia mundial e tornou-se conhecido como a terceira revolução industrial. Este processo foi desencadeado pela introdução de um novo paradigma econômico-tecnológico, no centro do qual está a revolução microeletrônica introdutora de novos produtos e geradora de um processo de reestruturação industrial caracterizado por avanços significativos de produtividade e pela globalização das atividades econômicas. O surgimento destas novas tecnologias impactou fortemente diversos segmentos do setor serviços, principalmente seguros, intermediação financeira, serviços técnico-profissionais, telecomunicações e transportes. Especificamente no campo das telecomunicações, duas formas distintas de inovações devem ser enfatizadas. Do lado do processo, a possibilidade de descentralização das centrais telefônicas permitiu uma organização mais flexível para o setor e, simultaneamente, a quebra de diversos monopólios e aparentemente uma redução nos custos destes serviços. De outro lado, a geração de novos produtos aproveitando tecnologias microeletrônicas, pela possibilidade de interação a distância, permitiu a reorganização das atividades de serviços técnico-profissionais, intermediação financeira e seguros. Aliado a isto surgiram as redes e a desregulamentação dos transportes, propiciando situar com menores custos a produção a distância.⁵

As considerações anteriores reforçam a idéia da dificuldade de se definir uma política geral para o setor serviços. Evidenciam a impossibilidade de se conferir tratamento indiscriminado a atividades tão díspares como os **serviços produtivos**

aproximadamente de 40% para cerca de 70%. Bell (1973) também coloca que até o final do século as atividades econômicas estarão dominadas pelo setor serviços.

⁵Chandler (1990) chama a atenção para a importância da revolução nos transportes e comunicações do século XIX (ferrovias, navio a vapor e telégrafo) para a reestruturação da produção (conseqüência do alargamento dos mercados) e a emergência da grande empresa. Processo semelhante pode estar em curso neste momento, embora as conseqüências ainda estejam longe de ser claras.

(atividades intermediárias realizadas pelas empresas durante o processo produtivo, como os serviços financeiros, jurídicos, de informática, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem), os **serviços distributivos** (atividades efetuadas pelas empresas após o término do processo produtivo, como transporte, comércio, armazenagem e comunicação), os **serviços sociais** (atividades realizadas para a sociedade, entre as quais a administração pública, defesa e segurança nacional, saúde e educação, associações de classe) e os **serviços pessoais** (atividades realizadas para atender à demanda individual, como hotelaria, bares e restaurantes, lazer, reparação, vigilância, limpeza, higiene pessoal).⁶

Acrescente-se que, além dessa heterogeneidade estrutural, a produção e o consumo de serviços apresentam grandes disparidades regionais. A tendência é de que a participação dos serviços na economia seja tanto maior quanto maior seja a renda **per capita**.⁷ A relação entre o crescimento da renda **per capita** e o aumento do peso dos serviços na geração da renda, se tendencialmente válida para longos períodos históricos numa mesma região ou país, não pode ser estendida, de forma automática, quando se trata de analisar distintos países ou regiões, num mesmo ponto do tempo. O peso dos serviços na geração da renda pode estar influenciado por fatores regionais específicos e não somente pelo nível de renda **per capita**. Ilustrando esta problemática no Brasil, a participação dos serviços nos PIBs das diversas regiões mostra que a região Centro-Oeste detém uma renda **per capita** 22% menor que a da região Sudeste, mas a participação dos serviços na renda é surpreendentemente maior (70% contra 54%). Provavelmente, isto se explica pelo peso e composição da renda do Distrito Federal na renda da região. Esta responde por quase 40% da renda do Centro-Oeste e, por derivar-se de uma cidade administrativa, tem 92% de seu total explicado pelos serviços. Por sua vez, o Nordeste tem a menor renda **per capita** do país, mas apresenta um peso do setor serviços na renda maior que os relativos às regiões Sul e Norte e não muito inferior ao observado para a região Sudeste.⁸ Isto aponta para o fato de que a presença de um setor serviços de peso, numa determinada economia, não significa, necessariamente, modernidade, própria a economias em estágio avançado de desenvolvimento, podendo significar, ao contrário, atraso e debilidade dos demais setores econômicos.⁹

⁶ A classificação dos serviços como produtivos, distributivos, sociais e pessoais foi proposta por Browning e Singelman (1978) e por Elfring (1988). A busca desta classificação teve como motivo principal o fato de a revolução microeletrônica ter atenuado as fronteiras entre as atividades de serviços e as demais.

⁷ Sobre as causas do crescimento do setor serviços ver para uma revisão no campo da teoria econômica Gutiérrez (1993, Cap. 2).

⁸ Dados elaborados pelos autores a partir do Relatório Pnud/IPEA de 1996 e do IBGE.

⁹ Sobre a heterogeneidade da estrutura produtiva dos serviços para algumas regiões metropolitanas brasileiras, ver Andrade (1996), Pero (1995), Dedecca e Montagner (1991).

3 - O QUE DEVE SER CONSIDERADO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA O SETOR SERVIÇOS

O setor serviços apresentou intenso crescimento ao longo do século XX. Este processo constituiu uma tendência geral, visível para a totalidade das economias nacionais e acelerou-se a partir da década de 60, com o avanço da revolução microeletrônica. A expansão recente do setor serviços foi causada por um fenômeno importante, que está no centro das preocupações das análises sobre o setor. Trata-se da elevação de seus preços relativos, explicada, fundamentalmente, pela constatação de que, por se tratar de atividades intensivas em trabalho, a produção dos serviços encontra fortes barreiras no que diz respeito ao avanço de produtividade. Nestas circunstâncias, um crescimento tendencial de salários reais se expressaria, necessariamente, numa elevação dos preços dos serviços [Baumol (1967)].¹⁰

A elevação dos preços dos serviços implicou, de maneira geral, dois efeitos. O primeiro deles manifestou-se numa forte substituição de um grande número de serviços pessoais mais simples por auto-serviços (**self-servicing**). Entretanto, tal substituição encontrou, e ainda encontra, rigidez em alguns serviços prestados a pessoas como, por exemplo, os serviços de saúde e educação (serviços sociais). Estes são serviços mais sofisticados e, em muitos países, prestados, numa grande proporção, pelo Estado. O crescimento de seus custos tem sido, muitas vezes, utilizado como explicação para a crise do “Estado de Bem-Estar” das economias da Europa Ocidental.

O segundo efeito da elevação do custos dos serviços se fez no interior da expansão dos serviços intermediários voltados para a produção industrial. Nas economias desenvolvidas este crescimento teve como ponto de partida a introdução de inovações nos processos produtivos da indústria (revolução microeletrônica), como também economias de escala provenientes de outras fontes que, por sua natureza, implicaram o surgimento de demandas para novas especialidades de serviços. Um outro aspecto relevante diz respeito à possibilidade de padronização dos serviços. Em geral, tais serviços, mais especializados e intensivos em conhecimentos específicos, não foram incorporados ao emprego direto da produção manufatureira. Principalmente em algumas especialidades utilizadas por múltiplos setores industriais, passaram a ser adquiridos de empresas prestadoras de serviços, que endogeneizaram ganhos de escala e se tornaram capazes de substituir, com vantagem (menores custos), os serviços industriais autoproduzidos. O resultado líquido deste processo revelou-se na expansão do setor serviços como contrapartida de fortes tendências à terceirização.

¹⁰Sobre este ponto, comentando a tendência verificada nas economias desenvolvidas, Gershuny (1987) afirma: “Os empregos na manufatura têm pago maiores salários em consonância com o aumento de sua produtividade; os empregos nos serviços têm pago maiores salários em linha com a elevação dos salários industriais, num quadro de baixo crescimento da produtividade; obviamente, o crescimento dos salários reais no setor serviços só pode ser financiado por uma elevação dos preços dos serviços”.

Na situação anteriormente descrita, o crescimento tendencial dos preços dos serviços foi um outro fator importante de estímulo à terceirização. Na medida em que gerou pressões sobre os custos industriais, por elevação das contribuições derivadas da legislação de proteção ao trabalho, pressionou as empresas a substituírem produção endógena de serviços por compras a terceiros. Esta circunstância ocorreu tanto para os serviços modernos, que exigem mão-de-obra qualificada, quanto para os serviços tradicionais, empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, alimentação etc.).

O quadro já descrito possibilita o resumo das principais tendências que marcaram a evolução recente do setor serviços nas economias desenvolvidas. Estas manifestaram-se em redução da importância dos serviços pessoais na geração do emprego e, simetricamente, na expansão da contribuição dos serviços prestados às empresas. Dentro destes últimos, cresceram em peso os serviços modernos empregadores de mão-de-obra especializada, isto é, o binômio informática e comunicações. Já nos serviços sociais, nos países onde saúde e educação estão primordialmente sob responsabilidade do Estado, a elevação dos preços acarretou importantes problemas de financiamento público.

As características da evolução do setor serviços são, na verdade, a base sobre a qual se constrói a pauta a ser enfrentada pela intervenção do Estado através de políticas. Não é sistema por acaso que nos países desenvolvidos as maiores preocupações da autoridade pública estão voltadas para políticas que sustentem e estimulem a eficiência dos modernos setores prestadores de serviços às empresas e para a discussão de reformas no aparato de sustentação do Estado de Bem-Estar. O primeiro ponto é decisivo na definição da competitividade das empresas prestadoras de serviços mas, sobretudo, tem relação direta com a produtividade industrial. O segundo diz respeito a questões relativas ao equilíbrio fiscal dos Estados.

Não se deve esquecer, todavia, que uma parte do setor serviços tem sofrido mudanças estruturais que, de certa forma, relativizam o quadro anteriormente traçado. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o recente arrefecimento na tendência de elevação do salário real, como consequência de políticas macroeconômicas diversas. Em segundo lugar, alguns subsetores são menos sujeitos à “doença de custos” [Baumol (1967)], em razão dos ganhos de produtividade obtidos em função de novas trajetórias tecnológicas emergentes. Em terceiro lugar, a crescente exposição à concorrência internacional, fruto de inovações nos transportes e nas comunicações e de alterações na legislação reguladora do comércio internacional, pode alterar a tendência a custos crescentes presente no setor.

As considerações anteriores são relevantes, como contraponto, para se pensar que objetivos devem ser perseguidos por uma política para os serviços no Brasil. A questão central a ser considerada constrói-se no fato de que a produção e o consumo de serviços, da mesma forma que o emprego gerado pelo setor, apresentam distintos padrões de desenvolvimento.

No caso brasileiro, não se pode deixar de considerar que discutir o setor serviços significa, necessariamente, trazer à superfície questões relativas à pobreza e à desigualdade, como a problemática da produtividade e da competitividade de suas empresas. Tradicionalmente, o setor serviços, e em especial alguns dos seus segmentos empregadores de mão-de-obra de baixa qualificação, absorve uma parcela expressiva do emprego e divide a opinião de pesquisadores no que diz respeito a seu papel na geração da pobreza e desigualdade. Esta característica imprime ao setor um comportamento dicotômico, dependendo do momento cíclico que esta esteja vivendo, que influencia os objetivos de uma política setorial:

a) em períodos de crise, o setor deve atuar como absorvedor da mão-de-obra expelida pelos outros setores. Neste sentido, a informalidade ou flexibilidade nas relações de trabalho jogam um papel importante e políticas de qualificação de mão-de-obra são pouco úteis;

b) nos momentos de expansão, o núcleo de produção de serviços destinado ao consumo intermediário é fundamental. Este grupo de atividades deve ser modernizado e a qualificação é vital para o seu desempenho. Além disso estas atividades são as que vêm ganhando força com o comércio internacional de serviços. No ciclo ascendente da economia é que os serviços podem ser mais facilmente substituídos por auto-serviços.

Deve ser destacado que, ao contrário de ter um movimento cíclico, os serviços sociais aparecem como tendencialmente crescentes de acordo com o grau de desenvolvimento do país e o nível de comportamento da sociedade com relação a políticas de bem-estar. As considerações anteriores têm como objetivo enfatizar que a definição de políticas para o setor serviços deve incorporar duas questões centrais, a saber:

a) dada a heterogeneidade dos serviços, uma política para o setor deve se constituir num conjunto de políticas específicas que tratem das questões particulares próprias a cada um de seus segmentos;

b) estas políticas devem considerar o papel que cada um destes segmentos vem desempenhando no interior do padrão de desenvolvimento do país e das diferenças regionais. Devem buscar eficiência econômica em concomitância com a redução dos níveis de pobreza e de desigualdade, eliminar barreiras à expansão destes segmentos e facilitar o acesso aos mercados internacionais.

Em consonância com os pontos anteriores, a definição de políticas para os serviços deve ter como referência um perfil dos segmentos prestadores de serviços que diagnostique seus principais problemas. Nesta direção, seria importante ter em conta, para cada um destes segmentos:

a) A importância do segmento na geração de empregos e a qualidade dos postos de trabalho gerados. A evidência de baixa qualidade nos postos de trabalho pode resultar de regulamentação inadequada para o setor ou de excessivo grau de desrespeito (informalidade) à regulamentação existente. Pode, da mesma forma, expressar o fato de o segmento ser um refúgio de oferta de mão-de-obra abundante e desqualificada, num quadro econômico marcado por escassez de capital e de oportunidades de expansão do setor industrial. Este ponto é bastante sensível: por um lado, a informalidade excessiva gera problemas quanto à qualidade dos postos de trabalho e, por outro lado, esta pode estar propiciando oportunidades de trabalho. Assim, diagnósticos distintos resultariam em políticas alternativas ou opostas.

b) A importância da escala na qualidade dos serviços prestados e na produtividade das empresas. Dependendo do tipo de atividade, a escala pode ou não ser importante na definição da eficiência econômica da prestação de serviços. Estas particularidades podem, por sua vez, tornar políticas de apoio a pequenas e microempresas mais eficientes em determinados setores. Assim, a exploração de economias de escala pode determinar a externalização de atividades e o crescimento do setor com nítidas vantagens para as firmas industriais.

c) A importância do estoque (quantidade e qualidade) do capital físico na qualidade dos serviços e produtividade das empresas. Há serviços que, por natureza, são mais ou menos intensivos em capital. Esta circunstância pode tornar mais ou menos relevantes políticas de incentivo a investimentos em equipamentos.

d) A natureza e adequação das regulamentações vigentes para o setor. Trata-se aqui não de regulamentação relativa ao emprego da mão-de-obra (direitos do trabalho), mas da existência e necessidade de regulamentação das atividades do setor. Dependendo do segmento, a regulamentação destas atividades ou a modernização de regulamentações já existentes pode ser relevante. Sobretudo, é preciso distinguir os serviços que estão passando por um processo de internacionalização daqueles que são apenas comercializáveis internamente para que a regulamentação seja adequada a novas situações. No caso do comércio internacional, é importante a participação reguladora do Estado para garantir a compatibilidade do sistema de telecomunicações, permitindo assim a inserção nacional e internacional em redes de produção. Uma outra questão relevante, neste item, refere-se à legislação fiscal que regula a produção e o comércio de serviços. Esta legislação apresenta diferenças marcantes nos seus diversos subsectores, quanto à presença e ao peso da incidência tributária. O único imposto presente no setor é o ISS, que tributa o valor total dos serviços especificados através de uma lista definida em lei complementar. No entanto, as alíquotas do ISS são, em geral, bem menores do que as incidentes sobre os produtos. Agrega-se a esta situação o fato de os produtores de mercadorias não receberem créditos para os impostos pagos no consumo de insumos originados no setor serviços (exceção para o ISS da construção civil). Nestas condições, os serviços de uso intermediário ou são duplicados contra os débitos do ICMS e IPI ou são evadidos [Varsano (1995) e

Gorini, Afonso e Ramundo (1993)]. Uma outra questão na área tributária que está levantando inúmeras críticas dos empresários do setor refere-se ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. Pela recente Lei 9.249 de 1995, foi modificada a base de cálculo deste imposto com base no lucro presumido, passando-se de 10% do faturamento para 32%. Como as empresas do setor serviços recolhem IR por estimativa, esta mudança representou, segundo eles, na prática, um aumento na carga tributária destas empresas [Menezes (1996)].

e) No caso de serviços comercializáveis internacionalmente (*tradeables*), a natureza da política de comércio vigente. Em se tratando de serviços **tradeables**, a discussão acerca da política de comércio de serviços pode ser bastante relevante. A externalização das atividades antes prestadas no âmbito das empresas e as mudanças na estrutura dos serviços, com a viabilização do comércio exterior em algumas de suas atividades, têm levado a um crescimento expressivo das exportações de serviços no mundo [OECD (1995)]. Como as maiores potencialidades do desenvolvimento do comércio internacional dos serviços residem na tecnologia de informação, propaganda e consultoria, a questão central deste comércio refere-se essencialmente às telecomunicações e à forma como os Estados Nacionais regulamentarão o setor. Sobretudo as regulamentações quanto à mobilidade da mão-de-obra poderão elevar internacionalmente a comercialização destes serviços.

f) A presença de constrangimentos externos às atividades de prestação de serviços. Trata-se de identificar dificuldades para a expansão dos segmentos prestadores de serviços advindas de constrangimentos externos à configuração do setor (infra-estrutura, esquemas de financiamento a atividades geradoras de demanda pelos serviços).

4 - OBJETIVOS PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA O SETOR SERVIÇOS

4.1 - Aumentar o Nível do Investimento no Setor

Na última década, a demanda por serviços industriais (consumo intermediário) na economia mundial se consubstanciou numa onda de terceirização. Esta subcontratação pode se constituir numa importante fonte de emprego para a mão-de-obra urbana, mas as ações governamentais devem levar em conta a difusão das inovações tecnológicas, que alteraram profundamente o processo produtivo em alguns dos subsetores dos serviços. Novas técnicas exigem maiores somas de recursos para a atividade empresarial. Assim, aumentar o investimento no setor implica ter instrumentos creditícios com taxas de juros internacionais e investimentos governamentais na infra-estrutura nacional, sobretudo em comunicações.

4.2 - Expansão do Comércio Exterior de Serviços

Nos últimos 25 anos a vida econômica mundial tem sido palco de uma competição intensa e crescente entre as empresas e o uso da inovação tecnológica tem sido a forma de ocupar novas posições no mercado internacional. Na tentativa de escaparem do ciclo recessivo que abateu a economia mundial desde 1970, as empresas têm no progresso técnico o instrumento preferencial para concorrer no mercado. Estas intensificaram programas orientados à redução de custos e melhoria da qualidade dos seus bens e serviços e internacionalizaram suas operações, com a expansão rápida das exportações de manufaturados. No rastro deste processo de mundialização, assiste-se a partir dos anos 1980 um outro movimento que se expressa no crescimento mais vigoroso das exportações de serviços relativamente às exportações de mercadorias: enquanto entre 1980 e 1985 as exportações mundiais de mercadorias tiveram, em média, uma queda de 0,6% a.a., as exportações de serviços (apenas os comerciais)¹¹ cresceram, em média, 1% a.a. Entre 1985 e 1990 estas taxas foram de 12 e 16%, respectivamente, e entre 1990 e 1992 estas foram de 3,7 e 8,7%. Como reflexo desse crescimento diferenciado, a relação entre exportações de mercadorias e serviços comerciais se elevou de 18,9% em 1980 para 26,5% em 1992. Diante, portanto, desta crescente globalização e da elevação do comércio internacional dos serviços, torna-se fundamental traçar uma política que estabeleça um padrão de inserção das empresas brasileiras neste mercado mundial. Esta política deve, necessariamente, dar conta das questões que estão na pauta do Acordo Geral do Comércio de Serviços (Gats), assinado em 1993, nos aspectos relativos a competitividade, atualização tecnológica, relação câmbio/salário e participação nas redes internacionais.

4.3 - Acelerar a Difusão das Novas Tecnologias Microeletrônicas

Uma política para o setor deve estimular o uso pelos serviços das novas tecnologias microeletrônicas, desta forma este deixará de ser apenas o receptor do progresso técnico gerado no setor industrial, transformando-se num ativo participante no processo de geração e difusão de tecnologias. Por outro lado e concomitantemente, o uso da microeletrônica introduziu modernas técnicas administrativas, que afetaram a organização e o gerenciamento do setor serviços. Assim, a política deve desenhar instrumentos para promover a modernização tecnológica e a racionalização dos serviços.

¹¹As transações internacionais de serviços podem ser classificadas em dois grandes agregados: serviços de fatores (rendas de investimentos, de propriedade e do trabalho) e serviços de não-fatores (fretes, seguros, outros transportes, viagens, serviços oficiais e outros serviços). Na Rodada Uruguai a denominação de serviços comerciais englobou os serviços de não-fatores como também “outros bens, serviços e rendas privadas”, isto é, rendas de marcas e patentes e de trabalho.

4.4 - Estimular a Participação das Empresas de Serviços nas Redes de Telecomunicações

A implantação de redes de telecomunicações entre empresas possibilitará o crescimento na rapidez e precisão das trocas de informações. Isto é característica fundamental e elemento cada vez mais importante dos padrões atuais de competição. Estas redes são viabilizadas através do intercâmbio de dados eletrônicos — Eletronic Data Interchange (EDI) — e permitem a comunicação automatizada entre sistemas de informação. Nas redes corporativas internas a um mesmo grupo empresarial, as decisões dos elementos constitutivos do de informação são de responsabilidade da própria firma. No caso de redes entre empresas, estas decisões envolvem negociações em torno de questões tais como o nível das informações a serem incluídas nas redes e protocolos para as suas padronizações. Esta circunstância abre possibilidade para um intenso processo de articulação e coordenação entre empresas.

As redes apontam, também, para a possibilidade de se superar barreiras de localização geográfica, permitindo que funções distintas de uma mesma atividade se situem em regiões diversas. Desta forma, a microeletrônica redefine as relações inter-regionais pela possibilidade de desconcentração espacial do processo de trabalho, estimulando assim a utilização de vantagens comparativas entre diferentes economias [Lemos (1994)]. Simultaneamente abre espaço para a presença de micro e pequena empresas cumprindo funções específicas no processo produtivo.

4.5 - Apoio às Micro, Pequena e Média Empresas

Esta estratégia faz parte da compatibilização das políticas de competitividade e emprego, como objetivo geral da política proposta para o setor serviços. O apoio a estas empresas não se deve restringir à possibilidade de absorção dos desempregados pós-reestruturação. São necessários programas de qualificação e educação da mão-de-obra que elevem o nível de habilidade técnica e cognitiva dos trabalhadores para as novas tarefas.

5 - ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS

A característica primordial dos serviços é a sua heterogeneidade. Assim, a formulação de uma política para o setor exige a adoção de cortes setoriais que respeitem as especificidades existentes entre os seus diversos segmentos. Todavia, estas políticas encontram dois campos em comum: primeiro, a necessidade de medidas que dêem conta da problemática candente do desemprego; e, segundo, propostas de capacitação tecnológica para as empresas do setor. Estas são parceria questões pertinentes a quase todos os segmentos dos serviços e, portanto, merecem um tratamento geral.

5.1 - Geração de Emprego, Treinamento e Qualificação da Mão-de-Obra

O esgotamento do modelo de substituições de importações na década de 80 e a reestruturação produtiva advinda das novas tecnologias têm se caracterizado por substanciais reduções no nível do emprego na economia mundial. Este processo de reestruturação e de recessão, no caso do Brasil, tem levado a uma clara tendência à queda da qualidade do emprego. Barros e Camargo (1993) demonstram que isto tem sido provocado tanto pelo aumento no grau de informalização das relações de trabalho como pela crescente terceirização do emprego. Isto coloca o Brasil como uma das três piores economias latino-americanas no que diz respeito à qualidade do emprego [Barros e Mendonça (1995)]. É necessária uma política ativa para reverter esta tendência de queda da qualidade do emprego, incentivando a criação de postos de trabalho de boa qualidade. Para isto deve-se desenhar políticas de treinamento para os trabalhadores com pouca qualificação. O setor serviços precisa gerar mais empregos, mas estes devem ser de boa qualidade, para que se promova um efetivo combate à pobreza e à desigualdade no país.

5.2 - Capacitação Tecnológica

A inserção no mercado mundial e a resistência à liberalização dos serviços no comércio internacional necessitam de uma política ativa de aumento da capacidade tecnológica das empresas atuantes no setor. A tecnologia é o fator por excelência de incremento da produtividade e da competitividade empresarial. No setor serviços deve-se buscar introduzir inovações no processo técnico-gerencial que se traduzam em vantagens competitivas na infra-estrutura tecnológica das instituições públicas e privadas que atuam no setor.

6 - AÇÕES SETORIAIS PARA UMA POLÍTICA PARA O SETOR SERVIÇOS

Uma política para o setor deve se constituir num conjunto de políticas e ações específicas, que levem em conta sua heterogeneidade e que tratem das questões particulares próprias de cada um dos seus segmentos. No Brasil, estas ações devem ainda balizar questões relativas à pobreza e à desigualdade, com a competitividade e aumento da produtividade de suas empresas. Deste ponto de vista, as ações setoriais devem privilegiar a geração e qualidade do emprego, o financiamento para o setor levando em conta a escala na qualidade dos serviços prestados e a importância do estoque de capital físico e, finalmente, a natureza e adequação das regulamentações vigentes sobre o setor.

A possibilidade de maior inserção brasileira no comércio internacional implica focalizar os mecanismos institucionais que têm papel fundamental na comercialização das atividades dos serviços técnico-profissionais. Assim, a análise da pauta de serviços a ser incluída na agenda de negociações no âmbito do

acordo do Gats deve ser uma das principais preocupações em matéria de política. Têm importância, neste contexto:

- a política quanto à mobilidade de mão-de-obra;
- a regulamentação das profissões; e
- o investimento direto.

No entanto, a abertura comercial não seria suficiente para aumentar a inserção internacional e melhorar o desempenho produtivo do setor. Algumas medidas devem ser tomadas para a melhoria do produto:

a) alguns ganhos podem ser obtidos com a manutenção da tendência de elevação da qualidade do trabalho. Conforme exposto acima, o Brasil pode apresentar vantagens competitivas em atividades que exijam pouca densidade de conhecimento. A superação de obstáculos em direção a tarefas mais densas em conhecimento deve ser iniciada por uma política de qualificação de pessoal mais agressiva;

b) o setor vem, aparentemente, reduzindo o tamanho dos estabelecimentos e o nível de concentração de suas atividades. A existência de micro e pequena empresas requer algumas medidas para a obtenção de vantagens competitivas. De um lado, a modernização das atividades deve ser buscada por linhas de crédito que permitam a compra de novos equipamentos. De outro lado, algumas das atividades de engenharia e arquitetura e assessoria podem requerer a consecução de pesquisa e desenvolvimento. Linhas de crédito que cubram este item para pequenas empresas também podem ser desejáveis; e

c) a predominância de pequenas empresas pode dificultar o aproveitamento de importantes economias de escala, principalmente quando se trata de exportar, pela necessidade de instalação de bases comerciais. Ao mesmo tempo, a reorganização da estrutura do setor pode implicar o estabelecimento de distância geográfica em atividades que antes eram realizadas internamente às empresas. Nestes casos, a formação de redes pode ser desejável e mesmo recomendável.

6.1 - Ações Vinculadas quanto ao Financiamento

Um dos problemas centrais das atividades ligadas ao setor de serviços refere-se à questão do financiamento. Os segmentos que compõem a enorme gama de atividades de serviços prestados às empresas tiveram nas últimas décadas grandes transformações impulsionadas não só pela revolução tecnológica, como também pelas estratégias de terceirização por parte das empresas. Os órgãos públicos — BNDES, Finep, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — têm linhas de crédito que podem apoiar empreendimentos no setor serviços, desde que estes sejam definidos como competitivos em custos e aumentem a produtividade. Portanto, quanto à questão do financiamento pode-se propor o melhor uso das linhas de crédito abaixo discriminadas para elevar o nível de investimento do setor:

a) incentivar parcerias entre o setor público e o privado para propiciar programas de financiamento com melhores taxas de juros;

b) utilizar melhor as linhas de crédito existentes nas agências públicas:

- BNDES — os programas BNDES Automático, Fipem e a linha Finame;
- Finep — dos 17 programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, oito linhas são perfeitamente adaptadas ao setor serviços;
- Banco do Brasil — revitalizar as linhas de crédito por ele administradas:
 - Mipem/capital de giro — a finalidade é financiar capital de giro para pequenas empresas já estabelecidas, sendo o limite de crédito de 8.500 Ufir;
 - Proger/operações Sine — é um programa para financiar a abertura ou expansão de pequenas empresas; é necessário demonstrar que o empreendimento vai gerar novos empregos, carência de 12 meses; o banco é o gestor dos recursos do FAT/Ministério do Trabalho;
- Cartão de crédito Sebrae/BB — é uma para financiar capital de giro, insumos e viagens com taxas de juros menores que do Ourocard.

6.2 - Ações Vinculadas quanto à Capacitação Tecnológica

Urge estimular programas de capacitação técnica e de qualidade, e programas visando incentivar a difusão e o uso de novas tecnologias capazes de aumentar a produtividade na produção dos serviços e elevar a competitividade das empresas.

a) Programas específicos para promover o desenvolvimento e inovação tecnológica, incluindo desde incentivos fiscais à proteção tarifária seletiva e temporária para serviços de tecnologia de ponta até programas de apoio à reestruturação ou de extensão tecnológica a pequena e média empresas, com a condição de que estes programas não provocassem desemprego.

b) Estudar a extensão da Lei de Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica (nº 8.661) para as empresas de serviços, que permite às empresas que executam Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial ou Agropecuário (PDTI ou PDTA) a dedução de parte das despesas no Imposto de Renda (IR), desde que os gastos não ultrapassem 8% do IR. Além disso, os equipamentos, máquinas e aparelhos destinados à pesquisa ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que hoje pode equivaler de 8 a 15% do valor do produto. A obtenção deste benefício para as empresas da área de informática, sobretudo de **software**, poderá representar um grande incentivo.

c) Criação de um balcão de informações de apoio à difusão de inovações para o setor serviços.

d) Programas de capacitação tecnológica — desenvolver uma linha de incentivos/subsídios para a capacitação tecnológica das empresas, principalmente

na informatização e desenvolvimento de **softwares** voltados para as suas atividades.

6.3 - Ações Vinculadas quanto à Modernização das Regulamentações Setoriais

Rever a legislação que rege o conjunto de atividades do setor serviços é uma tarefa importante para os órgãos governamentais, desde uma análise da pauta de serviços a ser incluída nas negociações do Acordo de Serviços do Gats até um “Código de Ética”, como está sendo discutido pela Câmara Setorial de Administração de Imóveis e Condomínios. É preciso ter clareza que esta regulamentação não se pode transformar em barreiras à entrada no setor. Por exemplo, neste conjunto de regulamentações deve ser feito um código específico para os serviços de vigilância e guarda, atividades que necessitam de regulamentação e fiscalização por parte do Ministério da Justiça.

6.4 - Ações vinculadas ao Aumento da Qualidade e da Produtividade

Como a heterogeneidade é a marca registrada das atividades de serviços, a definição de políticas para o setor deve pensar também no conjunto dos serviços que são pouco influenciados pela revolução tecnológica. Nestes ramos de atividades encontram-se bolsões de subemprego e baixa renda. Conhecidos como os serviços degradados, estes são, em boa parte, os que geram pobreza e desigualdade, devido à baixa qualidade de seus postos de trabalho. Emprego informal, alta rotatividade da mão-de-obra, pressão migratória e baixa escolaridade são as questões que devem ser tratadas por uma política de promoção do desenvolvimento nacional. Portanto, as políticas necessárias para este objetivo são do tipo comum a todos os subsetores:

- a) programas de treinamento/reciclagem e qualificação da mão-de-obra;
- b) programas de apoio à modernização dos métodos gerenciais — Realização de cursos, seminários, **workshops** sobre administração, comercialização, recursos humanos e inovação tecnológica para gerentes e empresários do setor;
- c) políticas de crédito para as micro e pequena empresas.

O setor serviços conta com um expressivo número de micro e pequena empresas, que são reconhecidamente empregadoras de mão-de-obra. Assim, deve-se buscar fomentar políticas de apoio específico, sobretudo creditício, a este tipo de empresa para estimular a geração de novos postos de trabalho.

6.5 - Ações Vinculadas a Programas Educativos

- a) criação de um programa de desenvolvimento dos recursos humanos para treinar e reciclar a mão-de-obra nas novas técnicas microeletrônicas;

b) programa especial para educação empresarial — o objetivo seria formar pequenos empresários nas modernas técnicas gerenciais.

7 - CONCLUSÕES

A literatura econômica nas últimas décadas sinaliza uma mudança no tratamento dos serviços como um tema a ser investigado e os formuladores de política começam a se inquietar com o peso crescente destas atividades na sua **interface** com a indústria no fomento do progresso e na criação da riqueza social. A heterogeneidade que caracteriza as atividades de serviços pressupõe que uma política para o setor deve se constituir num conjunto de políticas específicas que tratem das questões particulares próprias de cada um de seus segmentos, tendo como linha de atuação a redução dos níveis de pobreza e desigualdade na sociedade, eliminação de barreiras à expansão das empresas destes segmentos e o desenvolvimento de ações que visem facilitar o acesso destas aos mercados internacionais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. L. O. de. **Distribuição de renda e emprego em serviços**. Rio de Janeiro, IPEA, 1976 (Relatório de Pesquisa, 34).
- ALMEIDA, W. J. M. de. **Serviços e desenvolvimento econômico no Brasil — aspectos setoriais e suas implicações**. Rio de Janeiro, 1974 (Relatório de Pesquisa, 23).
- ALMEIDA, W. J. M. de, SILVA, M. C. da. **Dinâmica do setor serviços no Brasil — emprego e produto**. Rio de Janeiro, IPEA, 1973 (Relatório de Pesquisa, 18).
- ANDRADE, M. V. **Heterogeneidade e desigualdade salarial no setor serviços**. Rio de Janeiro, IPEA, out. 1996 (Série Seminários sobre Estudos do Trabalho, 24/96).
- BARROS, R. P., CAMARGO, J. M. Em busca dos determinantes do nível de bem-estar social na América Latina. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, dez. 1993.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R.S.P. **Uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, set. 1995 (Texto para Discussão, 381).
- BAUMOL, W. J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**, June, 1967.
- BAUMOL, W. J., BLACKMAN, S. A. B., WOLFF, E. N. Unbalanced growth revisited: asymptotic stagnancy and new evidence. **The American Economic Review**, Sept. 1985.
- _____. The service-economy prognosis: cost-disease illusions. **Productivity and American leadership — the long view**. USA/UK: The MIT Press, 1991.
- BELL, D. **The coming of the post-industrial society**. Nova York, Basic Books Inc., 1973.
- BHAGWATI, J. International trade in services and its relevance for economic development. In: GIARINI, O. (ed.). **The emerging service economy**. Pergamon Press, 1987.
- BROWNING, H. C., SINGELMAN, J. **The emergence of a service society**. Springfield, 1978.
- CHANDLER, A. **Seale and scope**. Cambridge, Mass., Belkap Press, 1990.

- COHEN, S., ZYSMAN, J. **Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy**. New York, Basic Books, 1987.
- DEDECCA, C.S., MONTAGNER P. **A questão da terciarização na região metropolitana de São Paulo**. Encontro Nacional de Economia, 1991, Anais. Brasília, Anpec, 1991.
- Economic Council of Canada (ECC). **Employment in the service sector**. Ottawa, Minister of Supply and Services, 1991.
- ELFRING, T. **Service sector employment in advanced economies: a comparative analysis of its implications for economic growth**. Gower Publishing Company Limited, 1988.
- FLORES, R. G., SANTOS, S. C. dos. Three hypotheses on the Brazilian service sector. **The Review of Income and Wealth**, June 1995.
- GERSHUNY, J. I. The future of service employment. In: GIARINI, O. (ed.). **The emerging service economy**. Pergamon Press, 1987;
- GÓMEZ, C. del R. Cambio estructural y evolution del sector servicios en el área de la OCDE.: una referencia al caso Español. In: VELARDE, J., DELGADO, J.L., PEDRENO, A. (eds.). **El sector terciario de la economía Española**. Madrid, Colegio de Economistas de Madrid, 1987.
- GORINI, A. P., AFONSO, J. R., RAMUNDO, J.C. Tributação indireta dos serviços: diagnóstico e proposta. **Estudos Econômicos**, v.23, número especial, 1993.
- GRILICHES, Z. (ed.). **Output measurement in the service sector**. Chicago, University of Chicago Press, 1992 (NBER Studies in Income and Wealth, 56).
- GUTIÉRREZ, J.P. **El crecimiento de los servicios: causas, repercusiones y políticas**. Madrid, Alianza Editorial, 1993.
- HILL, T.P. On goods and services. **The Review of Income and Wealth**, v.23, p.315-338, Mar. 1977.
- IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Censo dos Serviços 1985, Censo de Empresas 1985, Cartas.
- IMF. Issues and development in international trade policy. **World Economic and Financial Surveys**, Aug. 1992.
- LEMONS, M. B. **Pólos regionais e integração dos mercados**. Fórum Brasil 1995. IPEA, nov. 1994, mimeo.

- MELVIN, J. R. History and measurement in the service sector: a review. **The Review of Income and Wealth**, Dec. 1995.
- MENEZES, E. Revolta na área de serviços. **Jornal do Brasil**, 19-3-96 e 1-4-96.
- MOHR, M. F. Recent planned improvements in the measurement and deflation of services output and inputs in BEA's gross products originating estimates. In: GRILICHES, Z. (ed). **Output measurement in the service sector**. Chicago, University of Chicago Press, 1992 (NBER Studies in Income and Wealth, 56).
- MOREIRA, D. A. Medida da produtividade em atividades de serviços: alguns problemas e soluções. **Revista de Indicadores da Qualidade e Produtividade**, fev. 1993.
- OCDE. Services: statistics on international transactions 1979-1992. **Statistic Directorate**, 1995.
- PERO, V. **Terciarização e qualidade do emprego: uma análise da região metropolitana de São Paulo no início dos anos 90**. Rio de Janeiro, IPEA, 1995 (Série Seminários Estudos do Trabalho, 18/95).
- POPKIN, J. **Monitoring economic performance in the 21st Century: measurement needs and issues**. Williamsburg Conference, p.43/72, Virginia, 1992.
- RICHARDSON, J. B. A sub-sectoral approach to services trade theory. In: GIARINI, O. (ed.). **The emerging service economy**. Pergamon Press, 1987.
- U. S. Department of Commerce. **Economic classification policy committee. Issues papers n° 6 — services classifications**. Washington, Bureau of Economic Analysis, Mar. 1994.
- VARSANO, R. **A tributação dos fluxos de produtos e serviços — principais problemas a resolver e alternativas de reforma**. Rio de Janeiro, IPEA, 1995 (Texto para Discussão), mimeo.